

## **A educação escolar quilombola e o planejamento educacional na Amazônia paraense**

Geisa Bruna de Moura Ferreira  
Francisco Pereira de Oliveira  
Neivaldo Santana Cruz  
Carlos Nedson Silva Cavalcante  
José Filipe Monteiro-Oliveira

### **RESUMO**

O presente estudo é o resultado de pesquisa de campo acadêmica por ocasião de estar cursando Pedagogia na Universidade Federal do Pará que traz como tema: O planejamento educacional e escolar e a Educação Quilombola no nordeste paraense. Objetivou-se analisar o planejamento educacional da Educação Escolar Quilombola do município de Irituia (PA). Este estudo surgiu de uma inquietação: como ocorre o planejamento para a Educação Escolar Quilombola no município de Irituia? O processo metodológico de pesquisa se deu por meio da abordagem qualitativa, utilizando como técnica de coleta de dados a aplicação de um questionário construído com perguntas semiestruturadas, além de que foi realizada análise documental e observação participante. Este trabalho tem como primeiras impressões de que o Planejamento, tanto no município como nas comunidades remanescentes Quilombolas, ainda estão em processo inicial, mas já se percebe avanços essenciais e pontuais para que sejam cumpridas as metas do Plano Municipal de Educação e as políticas públicas deliberadas para o público advindo do quilombo. Adicionalmente, chega-se ao resultado de que a Educação Escolar Quilombola já se faz presente nas escolas pertencentes às comunidades quilombolas do município de Irituia e que existem práticas pedagógicas condizentes ao que se propõe no planejamento educacional do município no que se refere à educação escolar quilombola.

**Palavras-chave:** Educação Quilombola; Planejamento Educacional; Professoras.

### **ABSTRACT**

The present study is the result of academic field research on the occasion of studying Pedagogy at the Federal University of Pará, which has as its theme: Educational and school planning and Quilombola Education in the northeast of Pará. The objective was to analyze the educational planning of Quilombola School Education in the municipality of Irituia (PA). This study arose from a concern: how does the planning for Quilombola School Education occur in the municipality of Irituia? The methodological research process took place through a qualitative approach, using the application of a questionnaire constructed with semi-structured questions as a data collection technique, in addition to document analysis and participant observation. The first impressions of this work are that Planning, both in the municipality and in the remaining Quilombola communities, is still in an initial process, but essential and punctual advances can already be seen so that the goals of the Municipal Education Plan and deliberated public policies are met. for the public coming from the quilombo. Additionally, the result is that Quilombola School Education is already present in schools belonging to Quilombola communities in the municipality of Irituia and that there are pedagogical practices consistent with what is proposed in the educational planning of the municipality with regard to Quilombola school education.

**Keywords:** Quilombola Education; Educational Planning; Teachers.

## INTRODUÇÃO

São inúmeras as indagações na área do Planejamento Educacional e na Educação Escolar Quilombola, referindo-se sempre aos por quês, para quê planejar, se há necessidade da educação escolar diferenciada para os povos do campo e grupos sociais. Nesse cenário, não se pretende responder os porquês, mas qualificar a importância da Educação Escolar Quilombola a partir do viés do Planejamento Educacional. Logo, Vasconcellos (2012, p. 172) diz que não “se vive sem planejar, se planeja para fazer acontecer, para transformar sonhos em realidade, para transformar nosso trabalho, nossa relação com os alunos, a nós mesmos, a escola, a comunidade, e, no limite, a própria sociedade”.

Nesse sentido, quando se fala em Educação Escolar Quilombola e analisando as considerações do autor acima, fica evidente que os povos quilombolas sempre lutaram por uma modalidade de políticas públicas de educação que proporcionasse respeito ao modo de ser e viver desse grupo social que viveu por séculos a enfrentar discriminações e preconceitos de uma sociedade que não os reconheciam, e por vezes nos dias atuais ainda não (re)conhece como sujeitos de direito por causa de um passado histórico, marcado por injustiças, negações e, inclusive, pela cor da pele, da cultura, dos ritos e rituais, dentre outros.

Mediante muitas lutas pela busca de seus direitos, estes povos foram assegurados na Constituição Federal do Brasil de 1988, que, sutilmente, inaugura e consolida constitucionalmente os direitos dos povos étnico-raciais, onde no Art. 205 ressalva que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]”. Logo, a referida Constituição assegura o direito e o reconhecimento de todos os povos, territórios, culturas e religiosidade, o que, certamente, alcança os quilombolas.

A partir do dispositivo constitucional de 1988, abre outros caminhos para novos dispositivos legais, sobretudo, para o campo educacional, por exemplo, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394/96, onde são estabelecidos princípios peculiares aos povos do campo, como versa:

Art. 28: Na oferta de educação básica para a “população rural” (grifo nosso), os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

**Parágrafo único.** O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 1996).

Nesse cenário de dispositivos legais e seguindo as recomendações da referida LDB, N° 9.394/96, é que são estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, através da Resolução N° 8, do Conselho Nacional de Educação, de 20 de novembro de 2012, onde se define em seu Art. 3° quem são esses sujeitos quilombolas, descrevendo as seguintes características: “os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica”.

Diante desse contexto, emerge a necessidade de estudos e aprofundamentos correlacionados à questão da educação quilombola e de seu planejamento educacional. Assim, algumas indagações: como ocorre o Planejamento Educacional da Educação Escolar Quilombola no município de Irituia, nordeste do Estado do Pará? Como a Coordenação Geral da Educação Quilombola do município de Irituia (PA) pensa as estratégias diferenciadas para os estudantes, professores e a gestão das escolas inseridas nas comunidades quilombolas? De que forma a gestão escolar, coordenação pedagógica, professores e demais profissionais percebem o planejamento na Escola? Objetivou-se, portanto, analisar a Educação Escolar Quilombola no nordeste paraense a partir do planejamento educacional, com o recorte para o município de Irituia, localizado a 123 quilômetros da capital do estado do Pará, Belém.

O município de Irituia é constituído por 85 comunidades, destas, 23 são certificadas como quilombolas. Logo, justifica-se o recorte para o referido município e, dentre elas, há a comunidade Santa Helena, situada próximo ao Igarapé-Açu de Baixo que funciona o Polo Nova Marambaia<sup>1</sup> que é composto por quinze escolas anexas, com um total de 474 estudantes (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos), 30 docentes, 01 equipe gestora (diretora e vice) e 01 equipe de coordenação pedagógica constituída por duas profissionais pedagogas.

A coleta de dados foi constituída a partir da pesquisa de campo. Utilizou-se questionário como instrumento de coleta, composto por perguntas semiestruturadas.

---

1 Escola-Polo é considerada aquela que possui uma estrutura de médio ou grande porte, onde são agregadas outras escolas de pequeno porte com apenas uma ou duas salas de aula e possui um número de alunos abaixo de 141 e, por conseguinte, são denominadas de escolas anexas.

Adicionalmente, realizou-se a observação participante para se conhecer as áreas pesquisadas e os diferentes sujeitos que nela se inserem, onde se pode ver e ouvir, observando os fatos que trouxeram elementos para o estudo (Lakatos; Marconi, 2001).

Complementarmente, foi realizada a análise documental do Projeto Político-Pedagógico, por este ser considerado um documento que norteia as dimensões administrativa, pedagógica, financeira e jurídica de uma escola pública, ou seja, são as práticas e as ações da instituição escolar, o que para Vasconcellos (2012, p. 179) “[...] é o plano global da instituição [...]”.

A pesquisa foi realizada com uma Coordenadora Geral da Educação Quilombola e a Gestão da Escola-Polo (a gestora e duas coordenadoras pedagógicas). A escolha da gestão se deu pelo fato de que se percebeu a sua experiência na trajetória acerca do tema a ser estudado, haja vista que são três anos de exercício na prática do dia a dia com comunidades escolares remanescentes quilombolas.

Nesse cenário, foram selecionados, por meio de sorteio aleatório, cinco docentes, de acordo com a sua disponibilidade, levando em consideração a dinâmica de uma escola do campo e as dificuldades do acesso às localidades para realizar a entrevista. No presente estudo, os entrevistados foram identificados como: Coordenação Geral (CG), Gestora (G1), Coordenação Pedagógica (CP1; CP2) e Docentes (D1, D2, D3, D4 e D5).

Os dados coletados foram tabulados, organizados sequencialmente por aproximação de conteúdo das respostas entre os entrevistados, em que os conteúdos mais expressivos foram transcritos parcial ou totalmente, respeitando a originalidade da escrita, sem interferência de ordem gramatical e/ou concordância verbo nominal.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **OS profissionais da Escola Nova Marambaia**

A Coordenação Geral da Educação Quilombola do Município de Irituia é constituída por uma profissional com graduação em Pedagogia e em Artes Visuais, com Pós-Graduação *lato censo* em Saberes Afro-Brasileiro e Africano na Amazônia. A referida coordenadora possui três anos de trabalho nessa função. É residente do município de Irituia e demonstra conhecer o território em que estão localizadas as comunidades e as escolas quilombolas. Constatou-se também que ela é militante do Movimento Negro e já foi integrante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA).

O perfil dos profissionais da Escola do Polo Nova Marambaia está constituído na gestão escolar por profissionais ( $n=2$ ) formados no Curso de Pedagogia e a gestora também possui graduação no Curso de Artes Visuais. A coordenação pedagógica é constituída por duas profissionais também com graduação em Pedagogia, das quais uma desenvolve sua função somente com as escolas inseridas nas comunidades quilombolas daquele Polo.

As docentes entrevistadas ( $n=5$ ) do Polo Nova Marambaia possuem o Curso de Pedagogia e não tiveram oportunidade de formação em pós-graduação. Verificou-se que 75% das docentes moram na comunidade em que estão localizadas as escolas e 25% são do Município de São Miguel do Guamá-PA, vizinho de Irituia. A idade das docentes entrevistadas está na média de 39 anos. O tempo de serviço variou de 2 a 31 anos, estabelecendo a média de 15 anos de tempo de serviço. Um importante fato encontrado foi que 100% das entrevistadas relataram ter total conhecimento da região que trabalham mesmo as que moram em outra localidade.

As respostas aos questionários aplicados permitiram a identificação de que nas comunidades São José do Patauateua, Boa Vista e Nossa Senhora da Providência 100% dos alunos ( $n=133$ ) são remanescentes<sup>2</sup> de quilombo<sup>3</sup> da região de Irituia, Pará.

### **O planejamento e a Educação Quilombola no nordeste do Pará**

O planejamento educacional é tido como uma ferramenta necessária e primeira para a organização administrativa, pedagógica e curricular de um sistema de ensino. No campo da Educação Escolar Quilombola, certamente, é a ferramenta que deve garantir o acesso, a permanência e o sucesso do estudante remanescente de comunidade quilombola, em especial, quando o processo ainda é embrionário, como neste caso.

---

<sup>2</sup> A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu Art. 68. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” o termo “remanescente” inculca na sociedade reflexões. Esta nova nomenclatura está intrinsicamente ligada a uma trajetória histórica, seus significados estão calcados na história sofrida, e a mudança traz sentido de liberdade de direito, principalmente no que se refere a “terra”, e este direito ganha mais visibilidade com a aprovação do Decreto Nº 4.887/ de 20 de novembro de 2003, que reafirma o Art. 68. Diante das leis vigentes Moura (2007, p. 3) pontua que “são também chamadas de comunidades remanescentes de quilombos, terras de preto, terras de santo ou santíssimo”, esses conceitos podem ser vistos de maneira dilatada, e traz elementos de identidade e território (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002, p. 4).

<sup>3</sup> Munanga (95/96, p. 58) explica que “o Quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (*Kilombo*, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra” ainda enfatiza que o quilombo brasileiro, é sem dúvida uma “cópia” do modelo de quilombo da África.

O processo de planejar a educação no/para o sistema e rede de ensino, por certo, é tido a partir de ações que demandam tomadas de decisões dentro de um contexto específico, mas sem perder de vista a coletividade.

O planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em educação, que se relaciona, de diferentes maneiras, historicamente condicionadas, com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando a implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado (Baia-Horta, 1991, p. 195).

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino que deve ser inserida nas propostas educacionais de cada município do Brasil. Nesta perspectiva, buscou-se saber como e quando surgiu à implementação da Educação Escolar Quilombola no município de Irituia (PA), logo, a Coordenação Geral dessa modalidade de educação destacou:

*Falar do surgimento da Educação Escolar Quilombola no município tenho que discorrer desde o início deste processo. A priori a participação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI do III Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola nos dias 26 e 27 de maio de 2014 em Brasília com objetivo de ser articuladora da discussão da Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica no município de Irituia, posteriormente, participei como ouvinte no Seminário de Relações Raciais e Educação: Perspectivas, Avanços e Experiências no Pará promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), através da Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial (COPIR), da Diretoria de Educação, Diversidade, Inclusão e Cidadania (DEDIC), vinculada à Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN), no dia 28 de novembro de 2014. E participação na comissão do Plano Municipal de Educação sobre esta temática e após a provação deste [...].*

Certamente, o processo de discussão da Educação Escolar Quilombola passou por muitos entraves, que perpassavam por debates políticos, econômicos, sociais, terra e território, cultural, etnia, educação, raça e etc. A presença e a pressão dos movimentos sociais foram e, ainda, são singulares nas conquistas do passado e do presente, como bem ressalta Oliveira (2014, p. 132): “significados foram disputados nos campos acadêmico, social, governamental e jurídico, resultando no seguinte posicionamento político e conceitual de um conjunto de agentes em meio a um campo de disputas”.

Nesse sentido, os agentes que se consideram quilombolas e remanescentes e o movimento negro tornaram seus posicionamentos como uma postura política pública social para buscar seus direitos, principalmente no campo educacional. Nesse sentido, Silva (2007, p. 495) enfatiza que “a eles foi negada a possibilidade de apreender a ler, ou se lhes permitia,

era com intuito de incutir-lhes representações negativas de si próprio e convencê-los de que deveriam ocupar lugares subalternos na sociedade”.

No nordeste paraense, município de Irituia, a educação escolar quilombola surge a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) em 2015, onde, no mesmo ano, uma das primeiras metas executadas foi à criação da Coordenação Pedagógica para a Promoção da Igualdade Racial seguido da implementação da lei 10.639/03 e da Educação Escolar Quilombola na rede municipal de ensino.

As políticas educacionais raciais locais foram implementadas no Plano Municipal de Educação a partir da Lei 10.639/2003, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Botelho (2007, p. 35) ressalta que “no caso específico da população remanescente de quilombos, precisamos avançar muito mais, posto que, entre afro-brasileiros, esse grupo soma os maiores índices de exclusão educacional”.

No município de Irituia há 11 (onze) comunidades certificadas como remanescente de quilombo (Quadro 1), por conseguinte, onze escolas, com o total de 329 (trezentos e vinte e nove) estudantes, distribuídos entre a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). São 18 (dezoito) professoras e 01 (um) professor que atuam nestes níveis e modalidade de ensino. O município aguarda a certificação de mais 11 (onze) outras comunidades, o que totalizará 22 (vinte e duas) comunidades.

**Quadro 1.** Relação nominal das comunidades quilombolas certificadas, com suas respectivas escolas e número de alunos no município de Irituia, Pará, 2016.

Nº	Comunidade Certificada	Nome da Escola	Nº de Alunos	Nome dos Professores
01	Santa Terezinha	EMEIF Santa Terezinha	27	Maria de Souza Santos
02	Bracinho	EMEIF José de Leônidas G. de Oliveira	16	Maria de Oliveira Viera
03	Curuçá	EMEIF Concórdia Maria de Lopes	19	Ana Cristina Batista de Oliveira
04	N. Sra. do Carmo do Igarapé da Ponte	EMEF Vista Alegre	28	Maria Aldenira de Moura Leite
05	Itacuruçá	EMEIF de Itacuruçá	19	Edina Chavier Silva
06	São Francisco do Maracaxeta	EMEIF São Francisco do Maracaxeta	51	Francisca Fabricia de O. Tores; Maria Deise Moura Gomes
07	Boa Vista	EMEIF Nossa Senhora das Graças	29	Angela de Jesus Gomes José Edson Rufino da Silva
08	São José do Patauateua	EMEIF Florindo Ferreira Neto	59	Vanda Benicio da Silva Elquisuane de C. Pinheiro Lenita Ronamo Cordeiro
09	São José do Açaitéua	EMEIF São José do Açaitéua	21	Paula do Socorro de O. Gama
10	Montanha	EMEIF Nossa As. do Perpétuo Socorro	15	Maria Antônia Batista da Costa
11	Nova Laúdiceia/N. Sra. da Providência	EMEIF Nossa Senhora da Providência	45	Alessadra de O. Soares Regina Maria dos S. A. Pinheiro Denisis Rafaela F. de Moura

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação de Irituia, 2022.

No Projeto Político-Pedagógico do Polo Nova Marambaia, as ações pedagógicas, finalidades e objetivos visam contemplar todos os alunos, em todos os níveis e modalidades de ensino dentro da concepção da Educação Escolar Quilombola. Por conseguinte, traz como tema “Responsabilidade e Autonomia: caminhos indispensáveis para uma elaboração consciente, crítica e libertadora no compromisso de formação do indivíduo como cidadão da escola”.

Em todos os tópicos do Projeto Político-Pedagógico, o processo de ensino e de aprendizagem está em consonância com os princípios das Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola, sendo ainda especificada em alguns tópicos como plural, cultural e diversa. Ainda, neste documento, delinham-se metas para serem trabalhados os aspectos como o racismo ambiental, tomando como parâmetro as concepções étnico-raciais, com destaque à formação de professores para a área específica. Adicionalmente, são vistos projetos de cunho amplo, os quais abarcam todas as diretrizes educacionais, assim como projetos específicos, embasados pela Lei Nº 10.639/2003.

As formações para o trabalho docente nas escolas situadas em comunidades remanescentes de quilombo, de modo geral, ocorrem em parceria com a Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial (COPIR/ SEDUC) e o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA). As formações, de modo geral, envolvem os coordenadores Pedagógicos de toda a rede para melhor entendimento dessas diretrizes, os professores e os representantes das comunidades quilombolas.

Elemento indispensável para esse processo de formação é o apoio das Coordenações dos Movimentos Sociais e Movimento Negro. Os sujeitos, que ali estão envolvidos, possuem um leque de conhecimentos adquiridos ao longo de anos de lutas pelas questões sociais e a sua presença junto com a coordenação local, os professores e os representantes das comunidades se fazem necessária para esclarecer o que é identidade<sup>4</sup>, ancestralidade, ações afirmativas, os debates atuais sobre educação quilombola, a história do negro, práticas, dentre outras.

---

<sup>4</sup> Atualmente a questão da “identidade” é um debate social (Hall, 2015), no que concerne a definição e aceitação da sua história enquanto negro, no entanto, é válido refletimos ao que Munanga (2005, p. 52) diz “parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico”.



A Lei de nº 10.639/03 dispõe em seu Art. 4º que:

Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com os grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudo Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino (Brasil, 2003).

O processo de formação é primordial para a implantação de uma política educacional local, uma vez que é necessário munir de conhecimentos teóricos e políticos aos coordenadores, gestores, professores, comunidade escolar e principalmente os estudantes.

Interessante resalta que a G1 destaca elementos fundamentais para a construção do planejamento: “é buscar no mais velho da comunidade, da pessoa mais antiga da comunidade *pra trazer pra dentro da escola*”, ou seja, é o ouvir, observar e extrair da memória para se conhecer a realidade da comunidade local. Essa forma de planejamento é chamada de autogestão, quando a comunidade participa do processo de aprendizagem, desde a elaboração, reflexão, execução, avaliação, sendo a comunidade um coparticipante dos resultados obtidos (Dalmás, 2005).

Por conseguinte, quis-se conhecer se o planejamento escolar da educação quilombola é participativo e quais os sujeitos envolvidos nesse processo, o que, na concepção das coordenadoras pedagógicas das escolas situadas em comunidades quilombolas, o planejamento é participativo, ou seja, “[...] os professores, os alunos, a própria comunidade e os responsáveis [...] são bem participativos” (CP1), ou seja, tudo realizado em conjunto, até “[...] nas culminâncias dos projetos desenvolvidos [...]” (CP2). A gestora mostra que sempre é priorizada a participação de “todos”, ela esclarece sua afirmação argumentando:

*Nós chamamos a pessoa mais velha para a contação de uma história e falar do seu ente querido que já se foi mais que deixou raízes. E isso é importante pros nossos alunos, porque eles vão vivenciar de acordo com que eles têm, então, sabe? Eles vão é buscar o ontem, pra vivenciar o hoje, só que em comparações, sabe?! como era antes e o que eu tenho hoje a oferecer de que forma é eu posso contribuir com a minha comunidade para que não venha a adormecer, né? Então há sim essa preocupação, então são bem a comunidade mesmo os moradores, eles procuram de uma forma a se envolver, eles procuram assim mostrar a sua cultura e a transmitir pros alunos os saberes, sabe? É quem entende ali do artesanato vai pro do artesanato, quem vai mais pros rimas, que nem a gente tem o samba, né?... são vários leques assim, então tem esse ritmo porque eles querem um que mostra seu diferencial (G1).*

Dalmás (2005, p. 28) aponta que “o planejamento participativo na escola não pode reduzir-se a integrar escola-família-comunidade, mas também deve visar à realização das pessoas e a transformação da comunidade, na qual a escola está inserida”. Nesse sentido, as

docentes foram indagadas sobre quais as estratégias utilizadas para se trabalhar as questões étnico-raciais com estudantes dessas comunidades, e, foram percebidas respostas bem significativas que assinalam de como as estratégias de ensino são desenvolvidas, como a transcrição de dois discursos abaixo:

*Procuro observar fatos, atuais figuras de livros, revistas, etc. além do comportamento dos discentes em sala de aula que, muitas vezes, são temas para uma boa aula (D2).*

*Buscar conscientizar a família e em sala de aula; buscar prática através de conversas, histórias e jogos (D5).*

Interessante destaque se deve à observação da D4 quando esclarece no diálogo que, às vezes, “trabalhar as questões étnico-raciais na escola” ainda significa passar por dificuldades. Em especial, quando se observa que um dos principais obstáculos é a própria família dos alunos, que, muitas vezes, não tem reconhecimento de sua identidade, enquanto participante de uma comunidade quilombola e, ainda, repassa esse sentimento de não pertencimento para seus filhos.

Assumir uma identidade quilombola ainda é um desafio em uma sociedade que despreza, historicamente, de forma preconceituosa, um sujeito pela sua cor da pele. Nesse sentido, Moura (2005, p. 69) analisa que na “escola é um desafio desenvolver, principalmente, a criação de espaços pedagógicos que trabalhem a valorização das múltiplas identidades e um currículo que proporcione para o aluno o conhecimento de suas origens”.

Esses são os desafios reais, que moldaram uma postura, imerso por nesses sujeitos sentimento de afastamento, de rejeição, imparcialidade diante de seus direitos, por exemplo, quando a maioria da comunidade não se reconhece como remanescente de quilombola, por mais que tenham traços, perfis e histórico familiar.

Todavia, não se deve ignorar que a instituição escolar também tem sido projetora de atos preconceituosos e racistas, inclusive quando se adota livros didáticos que incitam essas questões entre os estudantes. Por conseguinte, indagou-se de que forma os docentes percebem os livros didáticos com relação à Educação Escolar Quilombola e como utilizam esse recurso em sala de aula? Para estes, o livro didático repassa somente a figura do negro como escravo, levando, assim o aluno negro a se sentir inferiorizado.

Foram relatadas situações desafiadoras em sala de aula, como, por exemplo, os estudantes questionam a respeito das figuras que veem nos livros didáticos e as docentes

buscam ressignificar as imagens dos livros que aparecem “sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania” (Bernardino; Vanzuita, 2021, p. 5).

É neste sentido que a D1 relata a necessidade de buscar novas estratégias de ensino, porque os livros não contribuem com a Educação Escolar Quilombola. Ou seja, o negro é mostrado na literatura de uma maneira preconceituosa. Segundo ela, cabe ao professor, à função de viver “*adaptando, ou seja, criando novas metodologias, conforme a dificuldade de aprendizagem dos discentes*”. O(a) professor(a) é o(a) mediador(a) do conhecimento, pois “faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo” (Freire, 2002, p. 14). E, acima de tudo, refletir sobre sua prática, fazendo dela um reflexo da realidade do aluno.

Compete à(o) professor(a) de uma escola quilombola, por meio de estratégias, provocar no(a) aluno(a) um sentimento de orgulho da sua cor de pele, construindo uma postura de luta contra a ideologia do branqueamento que cada vez se instaura nesta sociedade, e, até mesmo, nos próprios materiais pedagógicos mascarados de ideologias estereotipadas (Silva, 2005). É notável a importância do planejamento nas escolas quilombolas para que se efetive uma educação pautada na perspectiva da educação, saberes, cultura, modos de vida, trabalho e alimentação, mas é necessário que um conjunto de entes responsáveis trabalhe em conjunto e principalmente comungue dos princípios educativos da educação escolar quilombola, firmando compromisso com o que foi planejado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O planejamento da Educação Escolar Quilombola no nordeste paraense, município de Irituia, ainda está passando por um processo inicial de discussão e de implantação a respeito da Educação Étnico-Racial, que a princípio surge da necessidade de se efetivar a Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, em todas as instituições de ensino do município de Irituia.

Verificou-se que o planejamento para as escolas das comunidades quilombolas do referido município, é inicial, visando esclarecer para as comunidades sobre o contexto histórico dos povos africanos, trazendo para o cenário educacional a reflexão a respeito da sua história de luta, cultura, modos de como viviam e se organizavam, buscando um novo olhar para o processo educativo.

Percebeu-se, ainda, que as formações despertaram um desejo de conhecerem mais a respeito da Educação Escolar Quilombola e que os conhecimentos teóricos já adquiridos a

respeito dos direitos dos remanescentes quilombolas foram de suma importância. Todavia, os(as) professores(as) ainda esperam que as formações tenham mais momentos de práticas como oficinas que forneçam subsídios para eles(as) trabalharem em sala de aula.

Em suma, o presente estudo concluiu que há a participação efetiva dos profissionais, docentes e da comunidade escolar na elaboração do planejamento educacional e escolar. A gestão sempre procura viabilizar a participação de todos, principalmente dos representantes das comunidades e dos pais.

Portanto, tem-se a certeza de que este campo de pesquisa ainda há muito que ser explorado, pois o planejamento é um processo contínuo que se modifica ou se adapta às reais necessidades. Além de que, a Educação Escolar Quilombola na atual conjuntura enfrenta muitos desafios, esses povos remanescentes de quilombos têm o desejo de que as leis vigentes sejam efetivadas. Em outras palavras, é inegável os grandes embates que ainda esses povos vão ter que travar para que seus direitos sejam garantidos e, certamente, o planejamento educacional e escolar para Educação Quilombola do nordeste paraense sofrerá as esperadas mudanças.

## REFERÊNCIAS

Baia-Horta, J. S. Planejamento educacional. *In*: MENDES, D. T. (Coord.) **Filosofia da educação brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, D.F: Senado, 1988.

Brasil. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

Brasil. Ministério da Educação. **Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p.26.

Brasil. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 20 de novembro de 2003.

Brasil. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Brasil, **Resolução Nº 1, de 17 de Junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Ético-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p.11.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Coletivo Sabotagem, 2002.

Dalmás, Ângelo. **Planejamento participativo na escola**: elaboração, acompanhamento e avaliação. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Silva, Guacira Louro. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

Lakatos, Eva Maria; Maconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2001

Munanga, Kabengele **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Entrevista de Kabengele Munanga, estudos avançados, 2004.

Munanga, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Munanga, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista de Antropologia da USP**, n. 28. São Paulo: USP, 1995.

Moura, Gloria (Org.). **Educação Quilombola**. Secretária de Educação a Distância, Ministério da Educação, Um Salto para o Futuro. Boletim 10. 2007.

Oliveira, Suely Noronha de. Educação Escolar Quilombola: uma narrativa do processo de produção das diretrizes curriculares no estado da Bahia e em nível nacional. **O Social em Questão** - Ano XVII - nº 32 – 2014.

Bernardino, Alessandra Cristina; Vanzuita, Alexandre. Diversidade como princípio formativo: uma discussão sobre as práticas educativas de saberes tradicionais. *Dialogia*, São Paulo, n. 39, p. 1-13, e20432, set./dez. 2021.

Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, 2005.

Schmitt, Alessandra; Turatti, Maria Cecelia Manzoli; Carvalho, Maria Celina Pereira. Atualização do Conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V – Nº 10 – 1º Semestre de 2002.

Vasconcellos, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. 22ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2012.

**Recebido** : 09 de fevereiro de 2023.

**Aprovado**: 30 de novembro de 2023.

**Publicado**: 1 de janeiro de 2024.

**Autoria:**

**Geisa Bruna de Moura FERREIRA**

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: [geysa.19@hotmail.com](mailto:geysa.19@hotmail.com)

País: Brasil

**Francisco Pereira de OLIVEIRA**

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: [foliveiranono@yahoo.com.br](mailto:foliveiranono@yahoo.com.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1327-8362>

País: Brasil

**Neidivaldo Santana CRUZ**

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: [neycruznono09@gmail.com](mailto:neycruznono09@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3373-0494>

País: Brasil

**Carlos Nedson Silva CAVALCANTE**

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: [nedson@ufpa.br](mailto:nedson@ufpa.br)

País: Brasil

**José Filipe MONTEIRO-OLIVEIRA**

Instituição: Afya Faculdade de Ciências Médicas – Polo Bragança-PA.

E-mail: [oliveirafilipe007@gmail.com](mailto:oliveirafilipe007@gmail.com)

E-mail: [nedson@ufpa.br](mailto:nedson@ufpa.br)

País: Brasil